

Parte I — Ciências sociais, humanidades e a pandemia de Covid-19

3. Uma contribuição da pesquisa francesa em ciências humanas e sociais para a análise internacional da pandemia de Covid-19

Marie Gaille
Philippe Terral

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

GAILLE, M., and TERRAL, P. Uma contribuição da pesquisa francesa em ciências humanas e sociais para a análise internacional da pandemia de Covid-19. In: MATTA, G.C., REGO, S., SOUTO, E.P., and SEGATA, J., eds. *Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia* [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19; Editora FIOCRUZ, 2021, pp. 51-60. Informação para ação na Covid-19 series. ISBN: 978-65-5708-032-0.

<https://doi.org/10.7476/9786557080320.0004>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Uma Contribuição da Pesquisa Francesa em Ciências Humanas e Sociais para a Análise Internacional da Pandemia de Covid-19¹

Marie Gaille e Philippe Terral

A comunidade francesa de pesquisa em ciências humanas e sociais (HSS, *humanities and social sciences*) é regularmente questionada sobre sua “utilidade”. Atualmente, desde março de 2020, tem se envolvido maciçamente, em termos de estudos científicos, respostas a solicitações da mídia e participação em comitês e missões criadas pelo governo, no sentido de aconselhar sobre a gestão da crise ou avaliar suas ações. Tal comunidade tem se mostrado altamente responsiva, adaptando seus cronogramas e objetivos, e modificando seus formatos de intervenção (*webinars*, cursos a distância).

Num momento em que projetos de pesquisa coletivos estão sendo desenvolvidos e em que numerosos livros e artigos foram publicados, pareceu importante realizar um trabalho coletivo que valorizasse o capital científico das HSS como tal, destacando a forma como elas abordam as diferentes questões levantadas pela pandemia de Covid-19. Esse trabalho foi iniciado em maio de 2020 e realizado sob a coordenação científica de Marie Gaille e Philippe Terral, e resultou em um relatório de pesquisa publicado em 20 de novembro de 2020 (disponível em francês e, em breve, em inglês, no site <<https://www.hs3pe-crises.fr/>> e depositado no HAL-SHS, de acordo com os princípios da ciência aberta). Sua elaboração reuniu mais de setenta colegas de diferentes disciplinas das HSS.

¹ Texto elaborado a partir do relatório *Les Sciences Humaines et Sociales face à la Première Vague de la Pandémie de Covid-19: enjeux et formes de la recherche*, e especialmente com base nas contribuições de Henri Bergeron, David Blanchon, Olivier Borraz, Patrick Castel, Marie Gaille, Frédéric Keck, François-Michel Le Tourneau, Patrick Peretti-Watel, Philippe Terral e Didier Tornay.

Embora todos os que contribuíram para este texto trabalhem em universidades e instituições de pesquisa francesas, a intenção era levar em consideração a dimensão global da pandemia desde o início, e não focar apenas a situação francesa. Portanto, diversos contextos nacionais e mesmo continentais são explorados em um ou outro aspecto, e a dimensão global da pandemia é considerada como tal.

O trabalho foi escrito entre o momento em que a França emergiu de seu primeiro *lockdown* e o momento em que entrou na segunda onda da pandemia e no segundo *lockdown* (maio-novembro de 2020). Os aspectos abordados são aqueles de uma pesquisa em progresso, em evolução por natureza. Nesse sentido, o texto se adapta bem à ideia de um “livro instantâneo”. Contudo, a meta é que seja um “instantâneo” sustentável, uma vez que nele se destaca que as pesquisas atuais sobre a pandemia nas HSS, sua gestão política e suas questões têm bases sólidas. Embora se encaixe na especificidade dos tempos atuais, o presente trabalho se baseia num conjunto de estruturas, métodos e análises teóricas previamente elaborados em outros contextos, atualizados e enriquecidos à luz dos problemas associados à pandemia de Covid-19.

Três elementos derivados desse relatório serão apresentados como contribuição para a análise internacional da pandemia de Covid-19 e do contexto brasileiro: 1) a análise da ideia de “crise sanitária” em si; 2) o enfoque na dimensão temporal da pandemia, do passado ao futuro; 3) e, finalmente, a recapitulação das questões nas quais o Brasil é considerado no relatório.

A PANDEMIA DE COVID-19: UMA CRISE SANITÁRIA?

O primeiro ponto para a mobilização do capital das HSS é a análise da ideia de que nós, seres humanos, estamos enfrentando uma “crise sanitária”. Na verdade, tal noção está longe de ser óbvia. Para o senso comum, crise sanitária designa uma situação na qual uma ameaça de grande magnitude surge de repente e abala tudo em seu caminho, criando caos e confusão. Embora a crise atual pareça se enquadrar bem nessa descrição, diversas crises sanitárias ocorridas nas últimas décadas mostram, primeiramente, que a magnitude, em termos de número de vítimas, não é uma de suas características essenciais. No que tange ao aparecimento súbito das crises, este também é um ponto que não resiste à análise: se a emergência é um elemento que constitui toda e qualquer crise, é menos uma emergência “exógena”, imposta pelo evento, do que “endógena”, desencadeada pelos atores sociais, pela mídia ou por instituições encarregadas da gestão de crises. Além disso, a vigilância sanitária contemporânea tende a “tornar crônicas” as crises, detectando ameaças e antecipando-as com cada vez maior antecedência. Se as crises sanitárias não são caracterizadas nem pela mag-

nitidade nem pela urgência do risco, o caos permanece. Para o senso comum, uma crise cria desordem, desorganiza a sociedade e, ademais, parte da sua gestão é dedicada a manter ou restaurar certa ordem social. Este é sem dúvida o aspecto mais relevante da concepção comum das crises sanitárias: ele nos lembra que essas crises nunca são apenas “crises sanitárias”: são também crises econômicas, sociais e políticas.

Crises sanitárias não são um tópico novo para as HSS. Na França, riscos e crises sanitários, assim como riscos e crises ambientais, tornaram-se um tema canônico para as HSS por pelo menos três décadas. Portanto, no final do século passado, o Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS) iniciou um vasto programa de pesquisa interdisciplinar dedicado a situações de crise e riscos coletivos, liderado em particular pelo político Claude Gilbert. Logo após o caso do sangue contaminado, Claude Gilbert foi chamado para fazer uma mobilização em torno desse assunto e lançou o Programa de Situações de Crise e Riscos Coletivos, liderado pelo CNRS. A variedade de disciplinas e os pesquisadores que participaram desse programa contribuíram para construir um ambiente diversificado de pesquisa na França, pelo menos em sociologia, ciência política, antropologia, história contemporânea e direito. A multiplicação das crises, seu impacto social e político, e a circulação transnacional dos riscos fizeram o trabalho restante, legitimando o estudo desses objetos.

Vinte e cinco anos atrás, apenas dois objetos referentes a riscos e crises eram considerados legítimos o suficiente para serem explorados pelas HSS, do ponto de vista de disciplinas não SHS, de financiadores de pesquisas e de acionistas: por um lado, a “percepção dos riscos”, isto é, geralmente a representação de um perigo específico por uma parte da população, quase sempre mensurada por abordagens quantitativas. Por outro lado, a “aceitabilidade” dos riscos associados a determinada tecnologia. Em ambos os casos, a ideia subjacente era a de que as populações não pertencentes ao círculo de inovadores, especialistas e tomadores de decisão não tinham uma boa compreensão das coisas, e de que as HSS tinham que investigar as irracionalidades das populações (e possivelmente da mídia). Se pesquisas desse tipo continuam a ser financiadas e realizadas, por exemplo, sobre transgênese ou energia nuclear, elas já não são mais dominantes e são bem menos legítimas, mesmo em uma situação transdisciplinar.

Afastando-se desses territórios, já largamente explorados e um tanto limitadores em termos de sua representação dos indivíduos e coletivos envolvidos em riscos e crises, cinco temas distintos têm sido objeto de inúmeros trabalhos, em uma escala internacional:

1. Dinâmica de mobilização.
2. A construção do conhecimento sobre riscos e perigos e as lógicas de produção da ignorância e do esquecimento.

3. As modalidades de governo; os marcos legais e regulatórios; a lógica transnacional em ação.
4. Logística da crise. Como futuras crises são antecipadas (prevenção, precauções, preparação etc.)? Que formas de exercícios, testes e aprendizado são implementados, e com que populações? Como são as intervenções dos diferentes atores (públicos, privados, associações) designados?
5. As formas de legitimação das vítimas e os horizontes de reparação.

Esses cinco conjuntos de questões não esgotam a amplitude da pesquisa, que também pode focar organizações profissionais militantes, a politização de questões sanitárias e os jogos de oportunidade associados, o horizonte catastrofista e a colapsologia... e muitos outros assuntos. Porém, esses cinco conjuntos já estão mobilizados na pandemia de Covid-19. Para citar apenas alguns exemplos de objetos a serem investigados: as formas de apelo a doações, solidariedade e o faça-você-mesmo tecnológico diante da escassez material; a construção do conhecimento com base em modelos anteriores de influenza e coronavírus e adaptação às diferenças observadas; a divulgação de estudos clínicos, suas condições de validação (*preprint*, *fast track*) e o efeito de sua exposição pública; mobilizações em favor das liberdades públicas contra restrições de movimento e obrigações relacionadas à saúde; a lógica de produção e armazenamento, realocação de máscaras e reagentes; reclamações contra governos pelo despreparo e exposição das populações ao perigo.

Além de investigar essas questões, um impulso fundamental para a pesquisa das HSS sobre a pandemia de Covid-19 foi o desejo de analisar o uso da noção de crise no espaço público para qualificar o evento. De fato, se existe alguma dúvida de que a situação resultante da pandemia de Covid-19 constitui uma crise, tal qualificação levanta muitas questões. No exemplo francês, a gestão da crise, com a coletiva de imprensa diária do diretor-geral da Saúde anunciando os números do dia, caracteriza-se, antes de tudo, pelo monitoramento metrológico diário. Esse *follow-up* metrológico induz, sem surpresas, a um enquadramento da pandemia de Covid-19 no espaço público, essencialmente um foco nas questões de gestão hospitalar. O que causa, então, a “crise” é a decisão das autoridades francesas de recorrer ao *lockdown* generalizado da população, com a consequente desaceleração da atividade econômica. A situação introduzida pela pandemia de Covid-19 evidencia que não é tanto o evento desencadeador que, em si, constitui a crise, mas a resposta que ele provoca por parte das autoridades responsáveis por garantir a segurança das populações e a manutenção da ordem pública.

Por trás da qualificação da situação como crise estão, portanto, questões mais precisas de definição: trata-se de uma crise sanitária? Ainda no exemplo francês, foi

exatamente o que aconteceu até 16 de março de 2020, com o ministro da Saúde na gestão do Centro Interministerial da Crise (CIC). A partir de 17 de março de 2020, a transferência para o CIC ressalta que a crise não é mais exclusivamente sanitária, mas também inclui componentes econômicos e sociais – o que levará a medidas de apoio em uma escala sem precedentes em favor dos agentes econômicos. Vinculada ao fim do primeiro *lockdown* implementado em 11 de maio de 2020 está uma mudança em direção a uma definição predominantemente econômica da crise.

O que essas definições nos dizem? Que a qualificação da crise não é neutra, mas uma decisão política. Que ela define o ministro responsável pela crise (a princípio, da Saúde, depois, do Interior e, em seguida, da Economia e Finanças), mas, principalmente, que ela destaca algumas das questões-chave que precisam ser abordadas, como o número de pacientes hospitalizados, ao mesmo tempo que potencialmente mascara outras (as consequências sociais do *lockdown*). Qualificar a situação inicial como uma crise sanitária possibilita, portanto, destacar as respostas médicas como a única solução legítima, sem levar em conta considerações econômicas e sociais. Por outro lado, qualificar a crise como econômica a partir de junho de 2020 faz com que a decisão pelo *lockdown* generalizado pareça muito mais custosa e difícil, até que a segunda onda da pandemia aparece em outubro de 2020 e induz a um segundo *lockdown*.

A DIMENSÃO TEMPORAL DA PANDEMIA: DO PASSADO AO FUTURO DAS SOCIEDADES

Outra característica marcante dos primeiros resultados da pesquisa sobre a pandemia é seu enraizamento temporal, do passado ao futuro. A pandemia de Covid-19 aparece antes de tudo como um revelador e amplificador de cenários existentes, e uma parte importante da pesquisa em progresso, qualitativa ou quantitativa, visa a destacar esse ponto. Assim, as incertezas e fragilidades observadas nos últimos meses não são consideradas como resultado da ameaça à saúde em si, mas sim como algo induzido por contextos políticos, econômicos e sociais, pela interação de atores e pelas culturas organizacionais. Elas parecem ser o resultado, em parte, de fraquezas preexistentes, que são, por sua vez, reforçadas por elas. Em particular, os fenômenos das desigualdades e vulnerabilidades entre pessoas e territórios e a fragilidade dos sistemas de saúde são observados. O aumento geral das desigualdades parece desempenhar um papel fundamental no impacto da pandemia nas nossas sociedades. Essa observação refere-se à ideia de que pandemias ocorrem especialmente durante períodos de aumento das disparidades sociais. Turchin (2017), portanto, observa uma correlação histórica entre o nível de desigualdades, a intensidade dos vínculos entre territórios remotos e a violência

das pandemias. De fato, quanto mais uma classe se afirma em sua afluência, mais ela gasta em consumo ostentoso, geralmente em bens de luxo de lugares distantes. Os vírus viajam principalmente através do comércio de longa distância. Esse fato não é novo: o colapso quase simultâneo dos impérios chinês e romano nos primeiros séculos de nossa era pode ser explicado em parte pela virulência das epidemias que se espalharam ao longo das rotas comerciais. Contudo, a mobilidade da época não se comparava com a atual. Para os fluxos humanos globais, a diferença é particularmente marcante nas classes altas. Sua sociabilidade sempre foi internacional, até cosmopolita. Mas sua mobilidade alcançou uma nova dimensão, fruto da globalização e da urbanização global. Consequentemente, diante de um novo vírus que não só é altamente social como também difícil de detectar, as classes altas tornaram-se um potencial superdifusor coletivo. E este foi seu papel durante o inverno de 2020: quando olhamos para a cronologia dos diferentes surtos ao redor do mundo, ficamos impressionados com a magnitude de lugares frequentados pelas classes altas.

Além disso, o vírus se espalhou de forma mais ampla, tanto espacial quanto socialmente, destacando por toda parte as condições de vida em regiões pobres (promiscuidade, coabitação intergeracional etc.). De modo geral, o distanciamento social é difícil nas favelas, figuras importantes da urbanização global, que abrigam parcela considerável da população das grandes metrópoles da África, América Latina e Ásia. O vírus também se espalhou seguindo as redes formadas por sistemas metropolitanos. Se a trajetória da pandemia evidencia a natureza espacial das desigualdades é também porque, na base da escala social, o trabalho a distância era frequentemente impossível, e a mobilidade diária era mantida principalmente para áreas de densa concentração de atividades. Finalmente, a pandemia de Covid-19, caracterizada por sua alta seletividade, atinge particularmente pessoas que, além de morar em “territórios de pobreza”, sofrem de diversas comorbidades (Roy & Shaw Crane, 2015).

Mas a pandemia não convidou apenas os pesquisadores a explorar as formas assumidas por ela nesta ou naquela sociedade, e seus fatores explicativos. Desde a primavera de 2020, por exemplo, na França, muitas vezes se levantaram para imaginar “o mundo de amanhã” diferente e melhor do que o “mundo anterior”, ou, inversamente, para tecer discursos catastrofistas, ou mesmo uma combinação relativamente incomum de esperança e visão catastrofista: discursos associados à ideia de uma “colapsologia feliz”, que percebe o contexto atual como uma confirmação de suas visões mais sombrias, mas também pretende fazer deste um momento de reação criativa, vislumbrando uma sociedade coesa, de decrescimento ou com perspectivas de uma sobriedade feliz. Tanto nas redes sociais como nos círculos científicos e mais militantes, a pandemia de

Covid-19 e os riscos que ela impõe a todos os aspectos da vida social reavivaram os debates que animaram a 21ª Conferência do Clima (COP 21) em 2015, assim como as recentes manifestações pelo clima: em que tipo de mundo queremos viver amanhã? Que valores devemos promover? Que lugar a ecologia deve ocupar nesse conjunto de valores? Portanto, a atual crise sanitária entrelaça a questão do enfrentamento do presente com nossa relação com o futuro, e levanta questões básicas para indivíduos, famílias e grupos sociais. O que se questiona é se a consciência que temos em escala planetária de nossa vulnerabilidade à atual crise sanitária (e às que estão por vir) pode ser suficiente, hoje e amanhã, em todos os lugares e igualmente, para criar as alavancas sociais e políticas que protejam todos nós.

Nessa perspectiva, as HSS, antes de mais nada, possibilitam o distanciamento de um certo número de representações ingênuas que têm, no entanto, efeito nas escolhas políticas dos governos. Por exemplo, a pandemia de Sars-CoV2 fez surgir um discurso sobre “a vingança da natureza”, devido à origem zoonótica do vírus transmitido por morcegos. No contexto atual, a proximidade entre o suposto primeiro *cluster* e um mercado de animais em Wuhan desencadeou representações exóticas da China. Representações similares, a serem discutidas, levaram à proibição de mercados abertos em comunas francesas e à concessão de privilégios aos supermercados, considerados locais onde o controle sanitário é mais fácil.

A fim de convidar todos a refletir sobre suas próprias visões de como o futuro deve ser, o antropólogo Philippe Descola comentou:

Podemos sempre sonhar. Assim, resumidamente falando: a introdução de uma renda básica; o desenvolvimento de convenções cidadãs escolhidas aleatoriamente; um imposto ecológico universal proporcional à pegada de carbono; a taxação dos custos ecológicos de produção e transporte de bens e serviços; o desenvolvimento da atribuição de personalidade jurídica aos ambientes vivos, e assim por diante. (Truong, 2020)

Entretanto, as HSS não clamaram apenas pelo distanciamento desses discursos – ou práticas – extremamente ricos e diversos. Elas também começaram a estudar as formas pelas quais os indivíduos e sociedades não só gerenciam a pandemia, mas também refletem coletivamente sobre ela e suas implicações para as vidas dos indivíduos e a organização social, tanto no presente como no futuro: especialmente em relação a políticas ambientais, políticas de proteção social, planejamento territorial e urbano, tomada democrática de decisões e, finalmente, à escala de valores que fundamenta a ação política, com foco no valor atribuído à vida humana na gestão da pandemia.

O LUGAR DO BRASIL NO RELATÓRIO *O ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DE COVID-19 E SUA GESTÃO: ORIENTAÇÕES E ABORDAGENS DA PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS*

Ao levar em consideração as situações específicas de cada sociedade e a dimensão global da pandemia, o relatório dedicou atenção específica, entre outros países, ao Brasil. A pandemia e sua gestão no Brasil foram discutidas com base em três questões, sem que o relatório pretenda fazer um relato exaustivo da situação neste país.

a. Vidas vulneráveis e populações expostas

A crise do coronavírus muito mais potencializou vulnerabilidades e desigualdades já existentes do que criou novas situações. No Brasil, de acordo com levantamentos epidemiológicos e análises das ciências sociais, os pretos parecem estar pagando um alto preço pela doença. Além disso, o caso das populações ameríndias merece menção especial. No Brasil, mas também na maioria dos países da América Central e do Sul, as condições muito degradadas de assistência à saúde desfrutadas pelos povos ameríndios foram especialmente destacadas. A discriminação cumulativa à qual estão sujeitas as mulheres indígenas também foi particularmente evidenciada (Sieder, 2018).

b. As escalas de poder político

Em certos contextos nacionais, mais do que as questões associadas ao estado de exceção na democracia ou ao uso da ciência pelos decisores políticos, é a articulação de formas e escalas de poder (cidade, região, estado) que tem chamado a atenção. Assim, nas Américas, a pandemia de Covid-19 trouxe à baila, de modo espetacular, oposições entre as escalas de poder. De maneira geral, as autoridades locais estavam mais preocupadas em conter a pandemia e adotar medidas de contenção do que as autoridades nacionais. Foi o caso da Colômbia no começo da epidemia, quando o prefeito de Bogotá respondeu mais rápido do que o governo nacional. Também foi o caso do Brasil, onde houve um impasse entre os governadores dos estados que impuseram restrições e o governo federal do presidente Bolsonaro, que criticou as medidas de contenção. No México, no Brasil e nos Estados Unidos, os governos centrais têm procurado minimizar a pandemia e continuar com suas agendas econômicas e sociais, preocupados com o fato de que uma grande crise econômica seria mais prejudicial para eles do que uma grande perda humana. Nos países federais, tais oposições entre níveis de governo se transformaram em disputas mais ou menos intensas sobre questões constitucionais. Quem, um prefeito, um governador ou o presidente da República, tem o poder de confinar os cidadãos em suas casas ou paralisar a vida econômica, e sob que circunstâncias? Tal pergunta foi

feita no Brasil, e também nos Estados Unidos. Essa oposição entre as escalas de poder também aconteceu com frequência no nível inferior, entre prefeitos e governadores, particularmente nos Estados Unidos, mas também no Brasil.

c. O valor da vida: de que vidas estamos falando?

Finalmente, uma questão, que é óbvia e às vezes quase um tabu, surgiu desde o início da pandemia, particularmente no que tange às várias escolhas políticas feitas na gestão da pandemia: a do valor atribuído à vida humana e, na esteira dessa questão, saber de que vida estamos falando quando formulamos essa pergunta. No contexto da pandemia, a ideia de que algumas vidas não contam ou contam menos do que outras, de que lamentamos a perda de algumas vidas, mas não a de outras, readquiriu certa relevância (Fassin, 2010; Gaille *apud* Quintin, 2011; Cahen, Cavalin & Rosental, 2016). Uma hipótese que pode ser proposta é a de que o posicionamento de uma sociedade e de seu governo com respeito ao valor da vida humana é um dos elementos que têm guiado as políticas públicas e a gestão governamental da crise sanitária nos diversos países afetados por ela, em diferentes níveis. O presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, se posicionou a esse respeito quando questionou as medidas de distanciamento físico e exortou os governadores regionais a retirarem as restrições a fim de salvar a economia: “Todos vamos morrer um dia”, disse ele em 9 de junho de 2020, indicando que, na sua opinião, a vida de algumas pessoas conta menos do que o bom funcionamento da economia como um todo. Menos perceptível à primeira vista é o possível efeito de um discurso que insiste em grupos de risco (idosos, pessoas afetadas por esta ou aquela patologia etc.). De acordo com o pesquisador em saúde pública Gustavo Matta, no Brasil esse discurso tem o efeito de estigmatizar tais grupos e “naturalizar” a morte dos indivíduos que pertencem a eles – eles morreram porque estavam em situação de risco (insuficientemente protegidos) –, quando seria apropriado manter um discurso de proteção generalizada de si e dos outros, sem ênfase neste ou naquele grupo em particular (Matta, 2020; Matta *et al.*, 2020; Thomé, Matta & Rego, 2020).

A PANDEMIA: FATO SOCIAL TOTAL E GLOBAL

Esses três elementos de análise da pandemia de Covid-19 compõem um quebra-cabeça que ainda está sendo elaborado. Foram destacados na presente contribuição a fim de que participem de uma discussão internacional e comparativa.

Embora atualmente não tenha sentido chegar a qualquer conclusão, até porque muitas sociedades ao redor do mundo ainda estão enfrentando a pandemia, uma coisa é, todavia, certa e verdadeira para todas as sociedades afetadas pela pandemia de Covid-19:

esta última é um “fato social total”, segundo as palavras do antropólogo Marcel Mauss. Muito além de dizer respeito às nossas vidas do ponto de vista da saúde, a pandemia impacta todas as suas dimensões, como mostram os seus efeitos sobre: cultura e educação, economia e mobilidade, democracia e a relação entre ciência e política, sem falar nas relações sociais.

E este é provavelmente o principal papel das HSS, lançar luz sobre a globalidade de seu impacto, ao mesmo tempo que elabora uma análise reflexiva e um conhecimento que podem esclarecer e iluminar a reflexão individual, o debate público e a tomada de decisões políticas de forma diferente da que é feita pela informação contínua e pelas redes sociais.

REFERÊNCIAS

- CAHEN, F.; CAVALIN, C. & ROSENTAL, P.-A. La mesure de la valeur humaine, *Ideas*, dez. 2016. Disponível em: <<https://ideas.repec.org/p/hal/journal/hal-02187878.html>>. Acesso em: 8 dez. 2020.
- FASSIN, D. Évaluer les vies essai d’anthropologie biopolitique. Ce qu’évaluer voudrait dire. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, 128-129(1.2): 105-115, 2010.
- MATTA, G. Covid-19: mortes não são números. Vídeo. *Portal Fiocruz*, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/video/covid-19-mortes-nao-sao-numeros-olharessobreacovid19>>. Acesso em: 30 nov. 2020.
- MATTA, M. et al. A pandemia de Covid-19 e a naturalização da morte. Observatório Covid-19, 2020. Disponível em: <www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/42247/2/COVIDNaturaliza%C3%A7%C3%A3oMorte.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2020.
- QUINTIN, J. Marie Gaille, la Valeur de la vie. Paris, Les Belles Lettres, 2010. *Laval Théologique et Philosophique*, 67(1): 194, 2011.
- ROY, A. & SHAW CRANE, E. (Eds.). *Territories of Poverty*. Athens: University of Georgia Press, 2015.
- SIEDER, R. (Ed.). *Demanding Justice and Security: indigenous women and legal pluralities in Latin America*. New Brunswick: Rutgers University Press, 2018.
- THOMÉ, B. C.; MATTA, G. C. & REGO, S. T. A. Ethical considerations for restrictive and physical distancing measures in Brazil during Covid-19: facilitators and barriers. *Bioethical Inquiry*, 17: 627-631, 2020. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007/s11673-020-10023-w>>. Acesso em: 10 dez. 2020.
- TRUONG, N. Philippe Descola: nous sommes devenus des virus pour la planète. *Le Monde*, Paris, 22 maio 2020. Disponível em: <www.lemonde.fr/idees/article/2020/05/20/philippe-descola-nous-sommes-devenus-des-virus-pour-la-planete_6040207_3232.htm>. Acesso em: 15 dez. 2020.
- TURCHIN, P. Modeling periodic waves of integration in the Afro-Eurasian world-system. In: MODELSKI, G.; DEVEZAS, T. & THOMPSON, W. R. (Dir.). *Globalization as Evolutionary Process: modeling global change*. New York: Routledge, 2007.